

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ST 23: Elites e Espaços de Poder

Karla Gobo

**O INSTITUTO RIO BRANCO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E
REPRODUÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA
REVISTA JUCA.**

Paper apresentado à Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa em
Ciências Sociais.

Águas de Lindóia - SP

2013

O Instituto Rio Branco como espaço de produção e reprodução dos diplomatas brasileiros: uma análise da Revista Juca.¹

KARLA GOBO²

O presente texto pretende investigar o reforço do *habitus* presente no corpo diplomático brasileiro pelo Instituto Rio Branco (IRBr). Se até o começo dos anos 1980 havia um percurso institucional comum à maioria dos diplomatas brasileiros que se constituía basicamente na passagem pelo Colégio D. Pedro II, curso de graduação em Direito na PUC do Rio de Janeiro e posteriormente IRBr. No final dos anos 1990 assiste-se a uma pulverização geográfica dos aprovados e em 2007 é criada a revista Juca realizada pelos alunos do IRBr. Esta publicação parece estabelecer um padrão do que é “ser diplomata”: além de entrevistas com os profissionais da casa, os alunos também publicam seus próprios ensaios não só de relações internacionais, mas também de obras literárias e por vezes compõem poemas. Percebe-se que tanto nas entrevistas com profissionais que têm anos de profissão quanto a própria proposta da revista “ser diplomata é também ser algo mais” ou é pelo menos “não ser um profissional especializado” tal como foi seu patrono, o Barão do Rio Branco.

Palavras-Chaves: Burocracia, Itamaraty, Instituto Rio Branco

1) Introdução

Antes de dar início, é importante compreender que, quando se fala em espaços de produção e reprodução não se está relacionando mecanicamente o peso das estruturas sobre os agentes. Ou seja, não é como se os agentes fossem meros fantoches e a estrutura a causadora do *habitus*³ encontrado na diplomacia brasileira. Portanto, a despeito das impressões que este título pode causar, pretende-se investigar também esses atores. Num primeiro momento parece haver uma relação muito íntima entre aqueles que ambicionam a carreira diplomática e o processo de formação no IRBr. Em linhas gerais, não se trata de um processo unívoco em que as estruturas e as regras institucionais definiriam o comportamento dos agentes, mas de um processo relacional em que agentes e estrutura têm pesos expressivos na constituição do campo diplomático brasileiro.

¹Agradeço à Claudia Santos, integrante do grupo de pesquisa NOBLESSE D'ÉTAT: GÊNESE E ESTRUTURA DO CAMPO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO do Centro Universitário Internacional Uninter pelo auxílio na coleta e tratamento dos dados apresentados.

²Graduada em Ciências Sociais pela UFPR, mestre em Ciência Política pela USP e doutoranda em Sociologia pela UNICAMP. Coordenadora dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais, professora e coordenadora da pesquisa NOBLESSE D'ÉTAT: GÊNESE E ESTRUTURA DO CAMPO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO no Centro Universitário Internacional Uninter.

³De acordo com BOURDIEU (2006) “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (p. 61).

A hipótese inicial deste trabalho é de que as mudanças no processo de recrutamento implicam também em reforçar e valorizar determinados comportamentos existentes e que são compreendidos como constituintes da diplomacia brasileira.

Essas questões sobre os agentes e a relação com a estrutura surgem a partir da reflexão de VIZENTINI (2009), no prefácio do livro de Amado Luiz Cervo. Neste trabalho o autor aponta que a “política externa do Brasil foi, durante muito tempo, uma espécie de domínio aristocrático, reservado a certos segmentos da elite agrária e da incipiente burocracia” (p. VII). Outros autores também reafirmam essa característica do MRE, seja em biografias (VIANNA FILHO, ALONSO, SANTOS), seja em autores que se propõem a estudar a estrutura do MRE e seus agentes (CHEIBUB, MOURA). Essas referências instigam o pesquisador a saber quem são esses agentes e quais os condicionantes estruturais que podem levar à melhor compreensão da especificidade do MRE diante dos demais ministérios⁴. Por que aquele espaço parece se constituir num espaço específico que obedece a uma lógica distinta dos demais campos da burocracia. O estudo mais aprofundado de um caso ou de uma publicação tão específica pode ajudar na compreensão do todo, ou pelo menos dar algumas indicações sobre o funcionamento e especificidades do campo. Mas antes de começar a análise mais pormenorizada é preciso verificar em linhas gerais sua história e a forma de recrutamento de seus agentes, pois só compreendendo estes aspectos poderá se analisar com mais clareza a publicação dos alunos do IRBr na sua publicação, assim como suas frações de classe e anseios particulares.

Em resumo, na presente proposta pretende-se investigar essa relação agente-estrutura através do estudo de caso da Revista Juca, esta publicação é realizada pelos alunos do IRBr desde 2007 durante seu processo de formação. A publicação tem caráter anual e atualmente encontra-se em sua sexta edição.

Num primeiro momento o recrutamento para o Itamaraty privilegiava os atores oriundos de uma determinada elite política e econômica, mas a partir dos anos 1930 o acesso ao ministériopassa a se dar a partir da Divisão de Administrativa do Serviço Público (DASP) e em 1947 passa a ingressar no MRE somente os aprovados no

⁴ A parca literatura acerca do MRE é unânime em dizer que este espaço é insulado do restante dos demais, inclusive nos períodos autoritários da história do Brasil.

processo de seleção do Instituto Rio Branco⁵. Tendo em vista que a seleção passa privilegiar o mérito e não a origem, a pergunta que se faz é: mudou ‘perfil’ da elite burocrática que compõe o MRE, proporcionando assim uma mudança no *habitus* desses agentes?

Esta questão procurará ser respondida ao se tratar mais especificamente das mudanças no processo de recrutamento, mas embora a base de dados não esteja finalizada já se pode afirmar que as mudanças no MRE são lentas no que se refere ao recrutamento de seus agentes, nos seus *habitus* pré e durante o tempo de formação no IRBr. De antemão já se pode dizer que a capilarização do processo seletivo para as principais capitais brasileiras na primeira etapa do processo seletivo gera mudanças na trajetória dos aprovados⁶. Embora dentre os aprovados de 1996 e 1997, por exemplo, o Rio de Janeiro continue se constituindo como principal ‘locus da diplomacia brasileira’ com 10 aprovados, o estado passa a ser seguido de perto por Brasília e São Paulo, com 8 e 7 respectivamente.

A partir de 2007, o Itamaraty passa a ser ‘infestado’ pelas turmas dos 100, como foram chamados os quatro anos de ampliação dos quadros do MRE. Seguida da crítica à sua ‘excessiva politização e ideologização’⁷. Sem contar ainda a ‘suposta democratização’ do MRE ao tornar as provas de línguas estrangeiras apenas classificatórias e não mais eliminatórias e o avanço do Teste Pré-Seletivo para outras capitais do país. Este cenário parece apontar para um processo de ‘rompimento’ com a antiga tradição, levando à suspeita de que um ‘novo *habitus*’ pode estar sendo forjado. Entretanto, é em meio a este processo que é criada a revista Juca, que toma como título o apelido de seu patrono Barão do Rio Branco quando jovem, ali eles se colocam como jovens diplomatas, ou melhor, como jucanos. São, portanto os herdeiros do Barão e de suas tradições. A despeito das mudanças institucionais é preciso analisar como a Revista Juca acaba por reproduzir, através de seus agentes, os *habitus* presentes na

⁵O IRBr foi criado em 1945 e é responsável pela seleção e aperfeiçoamento do corpo diplomático brasileiro. Além do curso de formação na etapa inicial da carreira, a instituição é também responsável pelo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos, voltados para o II Secretários e Conselheiros, respectivamente. O CAE, é o estágio pelo qual é preciso passar para alcançar o grau mais elevado na carreira que é de Embaixador.

⁶O estudo de MOURA acerca dos neófitos nos anos de 1996 e 1997 não apresenta nenhum aprovado que tenha passado pelo Colégio D. Pedro II.

⁷Em entrevista com o ex-ministro (1969-1974) Mario Gibson Barboza é relatado: “E se os diplomatas não tem uma certa isenção eles contaminam a atividade diplomática. Hoje acho que a política interna está muito dentro do Itamaraty, as preferências para as promoções é dado para quem é do PT.”

instituição. Dentre os temas de humanidades e diplomacia, verifica-se também entrevistas com diplomatas e embaixadores que versam sobre suas atividades na diplomacia e também fora dela. É valorizado na revista aqueles que além de diplomatas exercem outra função, como: literatos, artistas plásticos, historiadores, poetas, reforçando assim o caráter diletante da profissão, cultivado desde os tempos do Barão⁸. Em seu estudo, Moura aponta que o desejo pela diplomacia dos neófitos vêm também da possibilidade de conciliar a carreira com atividades paralelas. Alberto da Costa e Silva⁹ revela na primeira edição da revista:

Fui escritor de domingo durante todo o meu tempo na ativa e só na aposentadoria pude realizar alguns de meus projetos. No entanto, o fato de ser escritor, de tentar ser um homem de cultura, abriu-me portas por toda parte. Graças a isso pude ter acesso ao que havia de melhor no plano da inteligência e do saber nos países em que servi. Por outro lado, se não tivesse sido diplomata, provavelmente não teria escrito o que escrevi” (p. 12)

Como se pode notar a carreira diplomática não é só uma forma de conciliar com ambições paralelas, mas também pode contribuir com seu melhor desempenho. Não são só os ‘estabelecidos’¹⁰ que expõem suas outras atividades e paixões, os alunos do IRBr também exercitam esse ‘outro lado’, fazendo ensaios não só de relações internacionais, mas também de obras literárias e por vezes compondo poemas. Por exemplo, numa edição têm-se as questões acerca do acordo ortográfico pela ótica daqueles que de certa forma o operacionalizaram, resenhas sobre Saramago e Adam Smith e textos de poesia e prosa realizados pelos seus alunos.

Em outras palavras, se antes o *habitus* vinha mais facilmente incutido em seus agentes, já que tinham origens muito semelhantes, as mudanças no recrutamento trazem também diversificação nas suas origens. Ao lado disso, o Instituto Rio Branco passa a

⁸Desde o seu patrono: “Desde que voltara da Europa, em 68, ele acalentava certo desejo de ingressar na diplomacia, carreira talvez conveniente às tendências do pesquisador, que, em alguma tranquila cidade, encontraria a calma precisa para os seus estudos.” (VIANA FILHO. 2008, p. 93).

⁹Alberto da Costa e Silva foi assessor do Ministro Mario Gibson Barbosa durante os anos como Ministro no governo Médici (1969-1974), membro e presidente da Academia Brasileira de Letras. No site da ABL constam dentre suas atividades: poeta, historiador, ensaísta, memorialista e diplomata.

¹⁰Aqui o conceito que remete ao título da obra “os estabelecidos e os outsiders” de Elias não é acidental, já que o ‘se tornar diplomata’ é uma função que se dá ao longo do tempo e que de forma alguma não se encerra na aprovação no concurso, que é somente o primeiro de uma série de passos que levam à carreira. Enquanto para os ‘de fora’ eles são diplomatas, para os de dentro’ eles nada mais são do que ‘alunos do Rio Branco’.

ocupar um papel maior na produção e reprodução do que é e do que se espera de um diplomata, a começar pelo nome da revista¹¹.

Como se trata de uma publicação realizada por diplomatas neófitos, entende-se que tal Revista serve como um balizador dos recém-ingressos, quais são suas principais questões e o que é, de acordo com eles, ser diplomata. Em linhas gerais, pretende-se analisar de forma mais pormenorizada tal publicação, pois ela parece ser um balizador importante para ‘os de dentro’ do que é ser um diplomata e a busca desse objetivo que, dentre outras coisas, é seguir o ‘evangelho do barão’. E para os de fora e que almejam o ingresso no IRBr o que se espera deles. O objetivo deste texto é menos determinar o lócus de formação desse *habitus*, e mais sua reprodução no interior do IRBr. Enfim, se antes os agentes tinham um papel relevante na manutenção dessas disposições mentais e corporais por serem oriundos de frações de classe e origem sócio geográficas comuns, a partir dos anos 80 isso começa a mudar. A ampliação da área geográfica de recrutamento e mudanças no processo de seleção que tornaram a prova de línguas estrangeiras classificatórias e não mais eliminatórias, são exemplos que precisam ser considerados.

Em outras palavras, embora origem e processo de formação no IRBr tenham uma contribuição significativa para a produção e reprodução do *habitus* da diplomacia brasileira, sendo portanto pouco crível acreditar que um ou outro seriam os únicos responsáveis por esse fenômeno, parece haver uma diferença de peso entre eles no processo histórico e é justamente isso que se pretende investigar neste trabalho: como as mudanças institucionais ocorridas levaram também a um reforço de um determinado *habitus* pelo Instituto Rio Branco. A Revista Juca seria exemplificativa desse processo, ou seja ela é um caso em que se pode perceber o peso e a força da tradição, que reforça o perfil do diplomata como um profissional ‘especial’ no quadro da burocracia brasileira.

¹¹ Como se pode ver a esperanças é trilhar os passos, para quem sabe se algo semelhante ao Juca quando adulto. Como aparece na edição da própria revista em sua primeira edição “José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Chanceler que ingressou no panteão dos heróis nacionais como patrono da diplomacia brasileira, era conhecido nos seus dias de juventude e de boemia como Juca Paranhos — à época, ele ainda não havia recebido o título nobiliárquico que posteriormente denominaria nossa academia diplomática. Fosse o Itamaraty no século XIX organizado como o é hoje, o jovem diplomata que consolidaria as fronteiras nacionais e estabeleceria novo paradigma para a política externa brasileiras seria tratado, em sua temporada na academia diplomática, por Terceiro Secretário Juca Paranhos. A revista elaborada pelos diplomatas recém-ingressados no Instituto Rio Branco presta homenagem à política exterior legada pelo Barão do Rio Branco e ao próprio Barão, que, antes das glórias nas questões arbitrais e políticas, foi... o Juca (fonte: <http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/juca.xml>).

2. Processo de recrutamento e seus agentes

2.1) Os bons filhos das boas famílias

Neste primeiro momento julga-se importante trabalhar mesmo que em linhas gerais alguns aspectos históricos do MRE, pois eles se constituem em importantes elementos para se pensar os processos de continuidade e mudança. Esta última foi apontada por Cheibub¹², mas até mesmo pela tentativa de criar uma tipologia para a compreensão do Itamaraty o autor deu ênfase excessiva aos rompimentos, quando aqui também se propõe a analisar suas continuidades. Para tanto é importante verificar, mesmo que em linhas gerais, os agentes e a forma de recrutamento através do tempo, pois só assim é possível ter a real dimensão desses processos quando se debruça sobre a investigação de sua história. Para esta investigação, além das referências bibliográficas sobre a temática, biografias e memórias, analisou-se também os anuários e editais de concurso do IRBR.

O MRE é parte da administração pública brasileira que nasce com a Independência (1822), mas com as marcas do período colonial.¹³ O Ministério das Relações Exteriores surge sob o nome de Negócios Estrangeiros e se constitui numa das primeiras burocracias brasileiras juntamente com o Exército. Durante os anos do II Reinado, Schuwarcz¹⁴ na pasta de Negócios Estrangeiros “ O Imperador tomava as decisões de impacto, mas esses homens é que conduziam o grosso do trabalho. É por isso mesmo que, durante esse período, a pasta de Negócios Estrangeiros foi sempre considerada a mais importante” (p. 298)¹⁵

¹²A dissertação defendida em 1984 no IUPERJ é a principal referência para se compreender o MRE tal é a escassez de estudos. Apesar de ser uma análise muito interessante sobre o MRE, seu problema é enfatizar os rompimentos sem se ater às continuidades presentes no Itamaraty ao longo do tempo. CHEIBUB, Z. B. (1985) *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica*. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

_____. (1984) *Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

¹³ LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). (2010). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁴ SCHUWARCZ, Lilia Moritz. (2012). *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁵Embora não seja objeto do presente estudo, talvez seja interessante investigar em outro momento os fatores que levam a diminuição da importância gradativa desse espaço, a literatura do século XX aponta para um cenário diverso daquele do século XIX: baixo orçamento, pouco interesse político no MRE e mais recentemente a abertura de secretarias de relações internacionais em outros ministérios, estados e

Evolução do quadro funcional dos Negócios Estrangeiros, 1832-1888

	1832	1845	1875	1888
Secretaria de Estado	13	24	31	29
Corpo diplomático	20	35	54	47
Corpo consular	12	15	24	23
<i>Total no exterior</i>	32	50	78	70
Disponibilidade/aposentados	1	4	10	10
Total do Quadro	47	78	119	109

Fontes: *Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1832, 1845, 1875 e 1888 (in: Almeida, Paulo Roberto)

Como se pode notar há um aumento progressivo no quadro diplomático brasileiro durante os anos do Império, o qual Cheibub classifica como tradicional, ou seja, pautado pela quase ausência de uma burocracia especializada, na qual algumas famílias da elite aristocrática acabavam compondo o agrupamento diplomático. De acordo com Alonso¹⁶ “A carreira não era autônoma, e, como todos os postos públicos, preenchida por indicação. Funcionava como guarda-cadeiras para posições mais relevantes na política. Todos os chefes liberais, no ostracismo político da longa dominação conservadora, tentavam simultaneamente essa via. Os cargos eram disputadíssimos” (2007, p. 60-61). Como se pode notar esta afirmação contraria o argumento de Abrucio¹⁷ que salienta o ineditismo da profissionalização baseado em princípios meritocráticos¹⁸ que, juntamente com as Forças Armadas, estavam comprometidas com um projeto de construção nacional e escapavam do padrão

prefeituras. Uma das variáveis possíveis é a resolução, já nos tempos do Barão do Rio Branco (1902-1912) dos famigerados problemas de fronteira e mais recentemente do caráter ‘pouco pragmático’ da diplomacia, mas isso precisará ser melhor investigado em outro momento.

¹⁶ ALONSO, A. (2007). **Perfis brasileiros**: Joaquim Nabuco. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁷ LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). (2010). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁸ Para ABRUCIO há duas características da burocracia brasileira no período Imperial: mérito e patronagem. A burocracia meritocrática não era pública e nem controlada publicamente e respondia direto

patrimonialista do restante das instituições¹⁹. Entretanto, a forte presença de relações personalistas no processo de recrutamento não pode ser descartada, o mérito estava fundamentado principalmente nas relações familiares e no capital cultural de seus agentes. É possível portanto dizer que a forma de recrutamento obedecia a um padrão tradicional baseado num recrutamento personalista, inclusive nos anos do Barão do Rio Branco (1902-1912). Um exemplo das memórias de um dos diplomatas, que, em conversa com colega, relata a forma de como ingressou na carreira nos anos Rio Branco, além de seu pai ser conhecido do Barão: “- Há muito que penso em V. como candidato ideal para um desses novos postos, pois V. tem, no meu entender, todos os requisitos para isso – nome, educação e inteligência”²⁰(AMARAL. 1947, p. 21)

Nos primeiros anos da República o corpo diplomático brasileiro era visto como um reduto de monarquistas²¹, dessa forma “...as carreiras individuais de seus membros passaram a depender das evidências de entusiasmo republicano” (SANTOS. 2012, p. 56)²², mas é possível também afirmar que é neste momento que o Itamaraty procura se isolar do restante das instituições brasileiras, criando assim um *modus operandi* e características muito peculiares, no governo Rodrigues Alves (1902-1906), anos do Barão no Itamaraty, é dito: “A pasta do Exterior não deve estar subordinada a

ao Imperador, de acordo com o autor é este o modelo reinante no nascente Ministério de Negócios Estrangeiros.

¹⁹ “No caso do Itamaraty, a escolha por uma seleção meritocrática se deveu à necessidade dos governantes da República Velha e à liderança de seus fundadores. Os presidentes da Primeira República precisavam de um corpo diplomático forte para lidar com as graves questões fronteiriças da época. Para tanto, buscaram inicialmente os membros da elite imperial que faziam a política externa, autênticos ‘homens de mil’. Entre estes, papel destacado foi dado ao barão de Rio Branco. E aqui entra o fator estratégico: Rio Branco sabia que sua posição e de seus comandados era frágil, num país dominado por instituições oligárquicas, e barganhou um status diferenciado à diplomacia, como estrutura permanente de Estado. Esse processo continuou após sua morte e, na década de 1920, Maurício Nabuco, membro de carreira, liderou a consolidação das características de burocracia weberiana do Itamaraty”(ABRUCIO. 2010, p. 34)

²⁰ AMARAL, Luis Gurgel. (1947), **O meu velho Itaramati**: de amanuense a secretario de legação: 1905-1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

²¹Embora os títulos nobiliárquicos tivessem sido abolidos com a Proclamação da República, ninguém conhece os anos de 1902-1912 como os anos de José Maria da Silva Paranhos Junior, mas sim como os anos do Barão do Rio Branco. “Antes da proclamação da República, sempre assinei – Paranhos – escrevendo aos meus amigos. Mas – Rio Branco – é um nome, o nome por que se tornou mais conhecido no estrangeiro meu pai, e por isso entendi que devia adotá-lo. Acresce que aqui pela Europa já muita gente me conhece por esse nome...se forem abolidos (os títulos), acrescentarei ao meu nome antigo o nome Rio Branco, para não andar fazendo mudanças todos os dias.” (in: VIANNA FILHO. 2008, p. 196)

²² SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.(2012). **O Evangelho do Barão**. São Paulo: UNESP.

influências partidárias, mas convêm que seja prestigiada por um nome de valor, que inspire confiança à opinião” (VIANNA FILHO. 2008, p. 383)²³. Como se nota, já nos primeiros anos da República há tentativa de se isolar o Itamaraty do sistema republicano prevalecente, características semelhantes serão observadas em outros momentos durante o século XX²⁴.

Como se pôde ver, desde o Império os diplomatas brasileiros eram nomeados pelos governantes de acordo com as relações estabelecidas, a origem familiar, ou seja capital social e o capital cultural acumulados eram fundamentais para a inserção na carreira, etc²⁵. Até porque era preciso ter fortuna pessoal para desempenhar os papéis de representação do Brasil no exterior, pois em diversos casos eram as fortunas pessoais que financiavam as festas e bailes nas embaixadas que se enquadram nas funções de representação que esses agentes deveriam ter. Um caso bastante conhecido é do Barão de Penedo²⁶. Como aponta SCARABÔTOLO (1989) :

O Correio Mercantil de 24 de junho de 1824 estampou uma notícia do Daily Evening Star, de Washington, sobre a Recepção e baile que Penedo e sua mulher ofereciam por ocasião do aniversário da Imperatriz Dona Teresa Cristina. Foi essa festa o maior acontecimento social em Washington naquele ano. Renato Mendonça nos fala ‘que invejável situação social em Washington tinha alcançado Carvalho Momeria em dois anos. Dera maior brilho às suas festas que o próprio Embaixador da Inglaterra. O faro do talento não se restringia a buscar a fiada do racionio jurídico. Baixava também ao detalhe social, colhendo louros na diplomacia da representação (SCARABÔTOLO . 1989, p. 8)

Em resumo, durante o Império e os primeiros anos da República as variáveis para se tornar um diplomata eram: fortuna pessoal e um capital simbólico (família e capital cultural acumulado). Nos anos de 1930 e mais expressivamente a partir de 1945, quando é criado o Instituto Rio Branco, passa-se a ter um processo seletivo centrado no

²³ VIANA FILHO, Luís. (2008). **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA.

²⁴ Em entrevista com o ex-ministro Mario Gibson Barbosa em 15 de setembro de 2006: “A carreira diplomática pra mim é semelhante à carreira militar, os diplomatas respeitam o governo sob o qual ele está exercendo a sua função, ele não cede ao governo porque os governos passam, nós passamos também, mas a nação permanece. E se os diplomatas não tem uma certa isenção eles contaminam a atividade diplomática.”

²⁵ É importante, no entanto, salientar que os traços patrimonialistas não eram um fenômeno exclusivamente brasileiro, outras administrações públicas de outros países também estavam baseadas nessa forma de recrutamento, sendo que as primeiras reformas em busca de um estado burocrático weberiano se iniciaram na segunda metade ou no final do século XIX. Dessa forma, o Estado Brasileiro começou a ficar em atraso quando comparados com os demais na Primeira República, quando o poder central foi enfraquecido, reforçando assim as oligarquias estaduais e esse poder geral não foi usado para modernizar a estrutura administrativa estadual.

²⁶ As referências alegam que ele teria morrido pobre na sua casa no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro.

mérito individual dos seus agentes. No entanto, o recrutamento continua privilegiando os habitantes do Rio de Janeiro através de um modelo de seleção que tinha por objetivo medir o capital cultural dos candidatos. Dessa forma têm-se, até final dos anos 1970, atores com perfil muito semelhante ao encontrado no Itamaraty desde o Império: indivíduos com grande capital cultural acumulado e majoritariamente do Rio de Janeiro. O estudo de Cheibub de meados dos anos 80 evidencia exatamente essa trajetória, que se resume à passagem pelo Colégio D. Pedro II e pela graduação em Direito na PUC-Rio. Tomando como ponto de partida este estudo, já é possível dizer que não há uma mudança muito significativa nos agentes que ingressam na instituição, a despeito das mudanças no processo de recrutamento que se observará ao longo do texto. A característica primeira dos servidores do Ministério de Negócios Estrangeiros – posterior Ministério das Relações Exteriores – é a mesma: a elite agrária e de uma burocracia que vivia no Rio de Janeiro e no seu entorno, como os casos clássicos do Barão do Rio Branco, Barão de Penedo, Visconde de Cabo Frio e Joaquim Nabuco ilustram. Em resumo, a diplomacia que esteve presente ao longo do tempo no Itamaraty passou de um recrutamento tradicional, selecionando os jovens de famílias tradicionais da elite imperial, inclusive na recém criada República, para uma seleção de tipo racional-legal. No entanto, apesar das mudanças institucionais no recrutamento, o perfil dos agentes que passam a compor o MRE não sofreu grandes alterações no que diz respeito à sua origem social e geográfica.

A análise estritamente weberiana sobre o MRE de Cheibub aponta para os períodos de rompimento marcados por um pelos períodos de dominação tradicional que vai da Independência até os anos Rio Branco (1822-1902), o carismático que se resume basicamente nos anos do Barão (1902-1912) e finalmente os anos de uma burocracia recrutada através de um padrão mais meritocrático que se estende até os dias de hoje. Mas como se pode notar, apesar das mudanças há continuidades que não podem ser ignoradas. Dito de outra forma, embora tenha havido mudanças no processo de seleção da diplomacia brasileira ao longo do tempo, observa-se poucas mudanças nos atores que compõem essa burocracia. Os dados²⁷ apresentados pelo próprio Cheibub apontam a prevalência de um determinado grupo, notadamente fluminenses (43,4%), filhos de profissionais liberais (34%) e de diplomatas (12%).

²⁷Cheibub analisa o número de ingressantes no Ministério de 1913 até 1982.

Enfim, pode-se perceber nestas poucas linhas que o Ministério das Relações Exteriores, antigo Ministério de Negócios Estrangeiros, acabou por se tornar um reduto dos filhos das boas famílias da aristocracia brasileira, inclusive já em tempos republicanos. O processo meritocrático passou a prevalecer no pós-30, mas sem alterações significativas nos agentes recrutados, era basicamente um medidor para os habitantes que moravam na capital, com maior capital cultural acumulado.

2.2) Da tradição ao mérito: nova forma de recrutamento e suas mudanças.

Abrucio aponta o ineditismo do MRE e do Exército na construção da burocracia brasileira, mas como já se disse que esta burocracia até 1934 tinha um recorte absolutamente pessoal e patrimonialista no que se refere à forma de recrutamento. É mais seguro se falar em meritocracia no Itamaraty somente após 1934, com a obrigatoriedade de concurso público para ingressar na burocracia pública. E mais precisamente após 1945 com a criação do Instituto Rio Branco, que até os dias de hoje é o responsável pelo processo seletivo junto com a CESPE-UNB – Centro de Seleção e Promoção de Eventos - e pela formação e treinamento dessa burocracia brasileira.

Nestes mais de 65 anos de processo de seleção via IRBr, certamente se observam algumas mudanças que impactaram no recrutamento, mas esse impacto não pode ser sobrevalorizado, pois a mudança na fração de classe e a ampliação geográfica do recrutamento parece ter se deparado com o forte processo de formação da diplomacia brasileira representado pelo IRBr. Rubens Ricupero, professor de História Diplomática do IRBr, desde os anos 1980, revela aspectos interessantes sobre o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD): “...ele é um poderoso instrumento de socialização, no sentido de criar um espírito de corpo, não é que ele vai criar uniformidade de pensamento, o Itamaraty sempre teve divergentes, mas no sentido de criar uma cultura, profissional e até práticas corporais, educação, sociabilidade, é muito importante a formação no Instituto Rio Branco”²⁸

Sobre o processo de recrutamento, que antecede o curso de formação (CPCD), é possível dizer que de 1934 até 1959, anos de seleção via DASP e os primeiros anos do IRBr, a seleção se dava somente no estado do Rio de Janeiro. Fica patente que esta forma de recrutamento privilegiava os moradores do Rio de Janeiro, localidades próximas ou filhos de famílias abastadas que tinham condições de enviar seus filhos à

²⁸Entrevista concedida em 01 de novembro de 2006.

capital federal para fazer as provas, já que não havia auxílio financeiro por parte do governo federal aos candidatos.

Depois de 1959 tem-se a adoção da seleção prévia feita em outras cidades do país e o restante das etapas no distrito federal com o auxílio do governo federal. Os dados apresentados por Cheibub mostram que houve um aumento significativo na diversificação dos candidatos, enquanto em 1957 eram apenas 16,6% os oriundos de outros estados; em 1959, com essa nova medida 47,9% dos candidatos estão fora da Capital Federal, mas a maioria dos aprovados continuam a ser do Rio de Janeiro.

Sobre o nível educacional, até 1967 era possível realizar o concurso apenas com o curso colegial, atual Ensino Médio, a partir de então era preciso o primeiro ano de qualquer curso superior que foi ampliado para o segundo ano em 1968. Mesmo com a exigência restrita ao ensino secundário, o número de aprovados sem ensino superior (completo ou incompleto) nunca ultrapassou 10%.

Apesar desse aumento significativo na descentralização dos candidatos, somente 1970 seu número supera ao do Distrito Federal, no final desta década somente 20% dos candidatos são dessa região. A partir de 1975 o Curso Preparatório à Carreira Diplomática alcança o status de graduação de nível superior, já que a exigência desde 1968 era do candidato ter até o segundo ano de qualquer curso de Graduação com o curso do CPCD, os aprovados alcançavam quatro anos de formação, o mínimo exigido pelo Ministério da Educação para a validação de um curso de nível superior.

É preciso relativizar a ampliação do número de capitais para a realização do concurso²⁹, pois embora a área de seleção tenha sido ampliada não se pode dizer que tenha uma relação direta com o número de aprovados. Embora o Distrito Federal tenha apresentado somente 52,1% dos candidatos, obteve quase 80% na aprovação. Esse dado leva-nos à reflexão que embora a área de recrutamento tenha aumentado, ela não necessariamente gerou mudanças significativas na aprovação. Apesar das mudanças institucionais percebem-se elementos que apontam para manutenção do *status quo*. A média alta do Rio de Janeiro se manteve durante toda a década de 1970, com índices de aprovação em torno de 50%. A graduação em Direito foi sofrendo queda constante de

²⁹ Até 1979 apenas nove capitais realizavam a primeira fase do concurso, quadro que foi pouco alterado até os primeiros anos do regime democrático, pois em 2004 apenas 10 cidades recebiam o concurso do IRBr na sua primeira fase.

1946 a 1982, de 84,2% da média dos aprovados terem superior incompleto em algum curso de graduação em direito nos primeiros 16 anos do concurso (1946-1960); no período de 1973-1982 embora ainda fossem a maioria, eles compunham 50,5% do quadro de aprovados; ao passo que se nota um aumento de aprovados oriundos de cursos incompletos nas áreas de economia e administração que passou de 3,2% para 20,8% nos mesmos períodos.

Quanto àqueles que já possuíam o superior completo, o quadro não é muito diferente, ainda nota-se a preponderância dos cursos de Direito com 73,6% dos aprovados nos anos 1946-1960 e 55,9% nos anos 1973-1982; expressivo crescimento dos cursos de Economia e Administração com 2,7% para 24,6% na mesma periodização. A diferença mais expressiva é com relação ao curso de Letras, os aprovados sem superior completo são respectivamente 1,1% e 7,5%, e com superior completo passam para 10% e 14,8%. A graduação completa em Letras é um importante elemento para aqueles que tivessem a ambição pela carreira diplomática. Uma variável explicativa para este fenômeno é o peso, a complexidade e a exigência das provas de língua portuguesa, tanto no que se referem ao conhecimento da língua quando a importância dos conteúdos de literatura nacional e estrangeira. O ex-ministro Luiz Felipe Lampreia que fez o concurso de admissão à carreira diplomática em 1961 revela “...houve uma época em que se exigia literatura francesa em detalhe vinte tópicos de literatura francesa faziam parte do programa” (16-06-2011).

Para deixar mais clara a complexidade do processo seletivo, no anuário do IRBr de 1973 um dos itens de gramática em Língua Portuguesa é História da Língua, cujo conteúdo é: “...o caráter romântico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocabulários populares e eruditos. Principais caracteres do Português do Brasil” (1973, p. 30)³⁰. Sem falar ainda que a prova de literatura contemplava títulos de literatura Brasileira e Portuguesa.

³⁰ INSTITUTO RIO BRANCO. **Anuários do instituto Rio Branco**. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/o_instituto.xml>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

Como se viu na formação dos diplomatas brasileiros tem-se a predominância do curso de Direito entre seus quadros. Moura³¹ aponta para a um fator interessante, que é o desejo prévio ao vestibular de ingressar a carreira diplomática. Na qual a melhor via, descrita pelos neófitos entrevistados pela autora nos anos de 1996 e 1997, seria a obtenção de uma graduação de Direito que auxiliaria no concurso e seria uma carreira de melhor *status* caso desistisse do projeto ou não conseguisse concretizá-lo. Portanto pode se pensar que a graduação em Direito, neste caso, constituir-se-ia mais num meio para obtenção da carreira diplomática. Em alguns relatos a hipótese sobre a escolha pela graduação em Direito não era necessariamente escolha pela vida jurídica parece ir se confirmando. Em entrevista, Samuel Pinheiro Guimarães fala: “Fui fazer vestibular de Direito, porque eram as matérias que mais me interessavam...História, Português...Era um bom aluno de português, e assim por diante. Tinha feito o curso científico. Na época, havia o clássico e o científico, mas decidi, no último ano, fazer vestibular para a faculdade de Direito” (2010, p. 23)

Teste físico, mental e análise social dos candidatos faziam parte do processo seletivo na década de 1970. A análise social vai sendo extinta na medida em que se tem o processo de abertura política.

Além do rigor nos exames, inclusive com exames orais para Português e Línguas Estrangeiras, e a diferença no sistema de ensino nos Estados brasileiros, tem-se que levar em consideração ainda a distribuição dos cursos preparatórios que estão localizados justamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, dificultando assim a ampliação da diversidade regional do recrutamento.

Sobre a capilarização do concurso no decorrer do tempo podemos ver na tabela abaixo com dados de 1972-2013. É importante, no entanto alertar o leitor que ainda não foram analisados os editais de 1991-2002, mas a julgar pelos dados apresentados não parece ter havido grandes alterações. Até 1990 tínhamos 11 capitais que realizavam a primeira etapa do processo e em 2002 tínhamos 10 capitais – todas as antigas com exceção de Manaus. A expansão das primeiras provas para outras capitais começa a se dar no período democrático mais fortemente somente a partir de 2005.

³¹ MOURA, C. P. (2009) **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV.

Localidade	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasília	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Porto Alegre	Curitiba	Fortaleza	Belém	Manaus	Florianópolis	Campo Grande	Cuiabá	Goiânia	Natal	Vitória	São Luiz	Aracaju	Boa Vista	João Pessoa	Macapá	Maceió	Palmas	Porto Velho	Rio Branco	Teresina
1972	X		X	X	X	X	X																				
1973	X	X	X	X	X	X	X																				
1974	X	X	X	X	X	X	X																				
1975	X	X	X	X	X	X	X																				
1976	X	X	X	X	X	X	X																				
1977	X	X	X	X	X	X	X																				
1978	X	X	X	X	X	X	X	X	X																		
1979	X	X	X	X	X	X	X	X	X																		
1980-1988	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																	
1989-1990	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																
2002	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																	
2003	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																	
2004	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X																	
2005	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X										
2006	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X									
2007	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X									
2008	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X									
2009	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X									
2011	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2012	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2013	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Para além de todos esses condicionantes apontados acima ainda é prudente considerar que o MRE é marcado pela forte hierarquia que se inicia no processo de seleção, o cargo de Ministro do Itamaraty geralmente é ocupado por alguém da casa e que tenha sido aprovado em primeiro lugar no exame de seleção do IRBr, como foi o caso de: Ramiro Saraiva Guerreiro, Celso Amorim, Luiz Felipe Lampreia, Mario Gibson Barbosa, o exame de seleção não é um processo que fica no passado, não se trata somente de um rito de passagem, ele acaba sendo um elemento constituinte que segue o percurso profissional, nas entrevistas realizadas, percebe-se a importância que é dada à classificação³².

A forma do processo de recrutamento, que parece ser um medidor do capital cultural dos candidatos, aponta para um fator que muito valorizado no campo: o seu grau de “diletância”³³. Este aspecto parece fazer parte da vida diplomática desde os tempos do Império. Além do Itamaraty percebe-se sua participação em outras duas instituições de grande expressão na vida artística e cultural brasileira: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. Sobre o último é possível dizer que a presença de diplomatas de carreira é particularmente expressiva, no levantamento realizado eles se encontram na quinta posição desde a sua fundação. Considerando ainda que o número de jornalistas esteja superdimensionado já que, independente da formação, muitos se classificam como pertencentes a essa atividade, o percentual dos outros profissionais na sociedade brasileira é bem mais significativo do

³²No entanto parece haver algumas mudanças nesse processo, atualmente o ocupante da cadeira Antonio de Aguiar Patriota aparece na lista de aprovados do MRE de 1977 em 10 lugar.

³³ O uso do neologismo parece se adequar aos princípios da carreira, que de acordo com Fernando Guimarães Reis, diretor do IRBr durante os anos 2004-2011: “O que se comprova na prática é que um técnico puro é a própria negação da diplomacia: dificilmente ele terá a percepção do outro, pois estará irremediavelmente afundado do seu conhecimento compartimentado.”

que o corpo diplomático que hoje, pós expansão na carreira³⁴ conta com pouco mais de 1500 funcionários.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

PROFISSÃO	NÚMERO
Jornalista	111
Professor	96
Jurista	65
Político	58
Diplomata	41
Historiador	39
Crítico	32
Médico	22
Tradutor	13
Cientista Social	12
Filólogo	10
Biógrafo	10
Engenheiros	9
Sacerdote da igreja católica	6
Exército e Marinha	4
Filósofo	4
Empresário	3
Lexicógrafo	2
Conferencista	2
Cartógrafo	1
Livreiro	1
Farmacêutico	1
Geógrafo	1
Humorista	1
Economista	1
TOTAL	545

Sobre a coleta, é importante frisar que o número total supera em muito o número de imortais da ABL, que conta em toda sua história com 276 membros, porque raramente sua classificação é única. A maioria se descreve como pertencente a duas ou três atividades, por exemplo: Roberto Campos se classifica como economista, diplomata e professor. Como não se trata de uma pesquisa somente com os membros da ABL, não se julgou necessária a análise mais pormenorizada de qual seria a principal atividade dos imortais, considerando então todas as relatadas pelos seus membros como válidas na presente coleta.

O caráter menos especializado e mais generalista de seus atores é uma questão que surge antes mesmo dos dados da ABL. Estas foram preocupações presentes nas

³⁴ De 2007-2011 o corpo diplomático brasileiro contou com 400 novos profissionais, a maior expansão desde a sua criação que não ultrapassava o acréscimo de 30 profissionais ao ano.

entrevistas realizadas por ocasião da dissertação de mestrado em que alguns diplomatas alegavam que o processo de burocratização e especialização levaria a prejuízos nas relações entre os países, pois elevaria os trâmites e dificultaria as relações. Na primeira edição da Revista Juca. Alberto da Costa e Silva, diplomata, membro e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras:

O avião a jato, o telefone e a Internet reduziram muito a ação pessoal dos diplomatas. Mas, numa negociação ou nos contatos diários com as autoridades estrangeiras, a simpatia, o charme intelectual, o respeito que se tem por aquele que sabemos que sabe, a confiança na seriedade do interlocutor; a sua cultura e a sua personalidade ainda são elementos que pesam enormemente. Era assim no passado, é no presente e, creio, continuará a ser no futuro. O diplomata sempre foi tido como um homem necessariamente culto. Se for uma pessoa rasa, dificilmente compreenderá os indivíduos e as situações com que terá de lidar. E não basta ler revistas e livros sobre política externa. Quando eu dava aulas no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, costumava afirmar – e ainda penso estar certo – que, para entender o que se passa no mundo, se pode dispensar a leitura de *Foreign Affairs* – cujas matérias envelhecem em menos de um ano e, às vezes, meses depois de serem publicadas –, mas não a dos romances de Balzac, que nos dão lições insubstituíveis sobre a natureza e o exercício do poder. (2007, p. 12)

Como se pode notar a valorização do capital cultural acumulado pode e muito se sobrepor aos conhecimentos específicos de Relações Internacionais, o que auxilia na compreensão das formas de recrutamento pré e pós IRBr, que embora esteja muito próximo de uma burocracia racional e portanto fundada em princípios meritocráticos favorece àqueles que possuem maior capital simbólico.

Na entrevista da Revista Juca com o ex-ministro Celso Amorim, ele responde da seguinte maneira a pergunta do aluno-entrevistador sobre seu estímulo à arte e cultura:

A resposta mais ou menos óbvia seria incluir, nos exames ou no curso, matérias que tenham esse conteúdo, de maneira inteligente, não puramente erudita; de maneira que ajude a compreensão da realidade. Fiz um curso de literatura que me ensinou muito, não só sobre literatura, mas sobre o Brasil. Naquela época em que não se conhecia tanto o Nordeste e o Norte, aprendi um pouco lendo. Ter lido Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, além de conhecer a pintura de Cândido Portinari, a Bossa Nova, tudo isso ajuda a ser um bom diplomata a entender bem e a divulgar bem o Brasil. O Itamaraty tem um papel muito importante: a difusão da cultura brasileira. Quando fui chefe da Divisão Cultural, em 1977 e 1978, fomos pioneiros quando organizamos o primeiro festival de cinema de Guiné-Bissau e de Moçambique. Na Guiné-Bissau, a polícia teve de ser reforçada porque todo mundo queria entrar no cinema para ver os filmes brasileiros. Em Moçambique, havia muita suspeita com relação do Brasil sob o governo militar. Um Embaixador da época, muito inteligente, o Zappa, notou que um alto dirigente da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) assistiu ao filme *Vidas Secas* e ficou muito impressionado – “Mas o Brasil passa esses

filmes? . Mesmo naquela época, você poderia mostrar que o Brasil era complexo, que o Brasil tinha outras dimensões” (p. 29)

Esta fala do chanceler do governo Lula (2002-2010), responsável por mudanças no processo de recrutamento, cujo objetivo era “democratizar”³⁵ o acesso à carreira deixa claro que, a despeito das mudanças, o capital cultural continua sendo um importante medidor da seleção desta burocracia brasileira.

3) O Instituto Rio Branco e a regulação das práticas

Quando se começou a investigar mais detidamente o *habitus* diplomático e sua formação, uma pergunta vem imediatamente surge: “Seria o IRBr o principal formador desse *habitus*?”. Embora a investigação leve a algumas conclusões que parecem relativizar o peso dessa instituição como única formuladora das disposições mentais e corporais observadas na diplomacia brasileira, já que o recrutamento privilegia certa fração de classe em um dado espaço do território nacional, além do desejo de fazer parte do “último reduto da nobreza no Brasil” como ressaltou Moura, em sua etnografia com os neófitos de duas turmas dos anos 1990, parecem demonstrar que os agentes também importam na sua constituição. Isto demonstra que a formação desse *habitus* é um pouco mais complexa do que parecia anteriormente, mas que ainda assim não se pode desacreditar o peso da estrutura do IRBr sobre seus agentes. Em entrevista com o diplomata de carreira Paulo Roberto de Almeida dia 25 de agosto de 2006 expõe:

O Itamaraty é uma casa meio feudal, com uma estrutura próxima das forças armadas, com uma disciplina, hierarquia, obediência, enfim uma estrutura piramidal muito forte. O que o Rio Branco faz é socializar os modos, os costumes, a maneira de ser, a linguagem, os valores, os ideais, mas em questão de política não, o Rio Branco é um pouco aulinha de história diplomática, de línguas, linguagem diplomática, é claro que ele prepara também para a ideologia oficial da política externa. Eu não creio que o Instituto Rio Branco seja o grão do processo de formulação de política, a formulação de política está basicamente no gabinete do chanceler. O Instituto Rio Branco não cria essa homogeneidade de pensamento, o que se aprende no Instituto é que nós servimos a qualquer governo, nós não somos funcionários do governo, nós somos funcionários do Estado, nós servimos ao Estado brasileiro, o governo é passageiro, nós somos permanentes.

A fala desse diplomata somada a do Embaixador Rubens Ricupero citado anteriormente no texto parecem corroborar que embora a PEB não seja produto do

³⁵Quando se olham os dados nota-se que a maior capitalização da primeira fase, chamada TPS – Teste Pré-Seletivo – para outras cidades brasileiras, que contribuiu para a maior distribuição geográfica dos aprovados, sem falar ainda no exame de línguas estrangeiras que deixa de ser oral e eliminatório, minimizando assim a barreira lingüística. Embora essas mudanças tenham sido classificadas como ‘democratização do MRE’ é necessário analisar os dados dos aprovados para ver em que medida esses mudanças geraram impacto no recrutamento.

IRBr, este parece ser uma estrutura homogeneizante que auxilia e insere os alunos na ‘vida diplomática’, portanto, assim como não se pode descartar a vida pregressa de seus agentes, tão pouco pode se desclassificar o IRBr como um importante estágio na prática diplomática brasileira. Tendo em vista a especificidade e importância dessa Instituição é importante verificar a produção de seus alunos, que se fará a seguir com o caso da Revista Juca.

3.1) Em defesa da “diletância”: análise da revista Juca

A revista Juca teve sua primeira edição em 2007. Ela parece ilustrar o que é e o que se espera da diplomacia brasileira, feita por alunos do Instituto Rio Branco, ela estabelece um padrão. De acordo com sua primeira edição: “A Juca visa a mostrar a produção acadêmica, artística e intelectual dos alunos da academia diplomática brasileira, bem como a recuperar a memória da política externa e difundi-la nos meios diplomático e acadêmico” (site: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/News.xml>). Como se pode perceber na citação acima, a Revista Juca dá vez à produção dos alunos que não se restringe, de maneira alguma, aos temas de Relações Internacionais. A partir disso nota-se que o desejo prévio dos agentes em ter uma profissão ou que consigam conciliar sua produção paralela encontra apoio e parece ser estimulada no campo diplomático.

A ligação com a arte é especialmente interessante, pois ela é bastante abundante em todas as edições, num dos artigos da revista, a autora associa pianistas de Jazz a atividade diplomática e para defender seu argumento põe em tela uma série de pianistas e compositores. Para que se entenda o argumento da autora é preciso ter pelo menos um breve conhecimento desses atores que ela põe em cena, ou seja, é preciso ter algum capital cultural, para ela: “A diplomacia é arte com toques de ciência, prática para além da teoria. Reúne conhecimento, criatividade, intuição e coração na defesa dos interesses do Estado. Trata-se de um saber-fazer, combinação de aparência ambígua entre o intelectual e o material, equilibrada pela phronesis.” (TAMBELLI, p. 97). A diplomacia não é portanto somente o domínio específico em questões relativas às relações internacionais ou política externa.

No editorial do quinto número da revista Juca encontra-se a seguinte afirmativa que corrobora mais uma vez o caráter difuso da profissão:

O exercício de reflexão que se encontra nas páginas da Juca – em todos os seus textos, artigos, ensaios e entrevistas – revela que jovens diplomatas, de diferentes formações acadêmicas e de diferentes origens compartilham habilidades que permanecem essenciais à carreira que escolhemos, e que estavam circunscritas à representação de Holbein: capacidade de análise, de observação, de ponderação, de imaginação e ampla criatividade. (2010, p. 3).

Como se pode notar há um adjetivo comum à fala do Embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do IRBr de 2004 até 2010, personagem portanto ativo na construção da publicação e na formação dos jovens diplomatas durante este período, na FAAP: imaginação e criatividade, o que mais uma vez se entende a resistência à burocratização do ministério, que seria justamente a anulação desses preceitos:

As exigências para o bom desempenho da diplomacia variam de acordo com as épocas, porém algumas delas permanecem: como os poetas, trabalhamos com as palavras; como os pintores ou os artesãos, devemos compor imagens capazes de dar sentido à nossa identidade como seres humanos e como brasileiros. A Revista que o leitor tem em mãos demonstra que no serviço exterior do Brasil também estão poetas e ficcionistas, analistas e pensadores, acadêmicos e cronistas, pintores e artistas. Para nós, cada palavra e cada imagem está embebida de memória e reflete um pouco da formação que recebemos ao longo de nossas vidas (2010, p. 3).

A associação com a intelectualidade e as artes como se pode ver está fortemente presente, não quer dizer, no entanto que todos os diplomatas ou que a maioria deles tenha este perfil, mas que esta é uma característica valorizada dentro da casa com reconhecimento e valorização pelos seus pares.

As entrevistas com diplomatas e embaixadores na Revista estão presentes relatos das atividades dentro e fora do MRE. Enfim, ser diplomata num sentido mais amplo, parece ser também a capacidade de não estar encerrado na carreira. Cultivando a história, a tradição, fazendo ensaios, não só de relações internacionais, e por vezes compondo poemas reforça essas habilidades paralelas, que vão além dos conhecimentos específicos. Para exemplificar, na terceira edição da revista, a entrevista com o diplomata aposentado Arnaldo Carrilho, que dedicou 37 anos à carreira, sua atuação é descrita da seguinte forma:

Carrilho é uma síntese do que se imagina de um diplomata: um homem culto, que presenciou alguns dos principais momentos da história recente. Ao mesmo tempo, quebra expectativas ao ter servido em 14 países diferentes, muitos dos quais considerados desafios na carreira. Uma demonstração de que trajetórias profissionais bem-sucedidas não têm de ser, necessariamente, óbvias. (2009, p. 8)

Ao folhear as publicações da Revista tem-se a impressão de que os temas de artes e humanidades se sobrepõem aos demais, por isso julgou-se importante classificá-

las. Para fazer esta categorização das temáticas procurou-se ater à predominância e espécie. Por exemplo: a análise sobre acordo ortográfico foi classificada como Relações Internacionais, pois versava preponderantemente sobre as relações entre países lusófonos para se chegar à sua versão final. Já ensaios de livros de literatura e sua possível relação com as relações internacionais foram classificadas como arte, literatura e cinema, pois a preponderância era a obra e não as relações internacionais. Na categoria “outros” é contemplada análises sociais, principalmente do Brasil, mas também de outros países, perfis de cientistas e escritores que não faziam parte da carreira diplomática.

Edições	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Arte, Cinema e literatura	6	7	7	9	11	8	48
Barão do Rio Branco	1	1			1	2	5
Relações Internacionais	4	5	6	2	4	3	24
Perfis de Embaixadores	1	2	3	2	2	1	11
Memória – história Diplomática	3	2	1	2	1	7	16
Resenhas	3	1	1			1	6
Informações sobre a carreira	2				4		6
IRBr	1			2	1		4
Outros		1	2	3	2		8
TOTAL	21	19	20	20	26	22	128

Os dados acima mostram que de fato há preferência ou valorização por esse tipo de publicação. Como se pode notar os temas de arte, literatura e cinema somam nas 6 edições o dobro de temas de Relações Internacionais.

Considerando o aspecto altamente hierárquico da carreira, resolveu-se fazer algumas questões para o Embaixador e ex-diretor do IRBr Fernando Guimarães Reis sobre os editores, se haveria influência na escolha dos artigos, ou se a classificação do autor no processo seletivo era levada em conta para a publicação, segundo ele: “Os alunos sempre tiveram total liberdade para editar a revista, da inteira responsabilidade deles. Entendo que a classificação não teve qualquer interferência.”³⁶ Apesar da valorização e da tradição, da diversidade de conhecimento, chamado aqui de

³⁶Entrevista concedida via e-mail em 04 de agosto de 2013.

‘diletância’, algumas mudanças são observadas: como a não influência da classificação na escolha dos autores, isso é significativo numa carreira em que outrora era uma variável a ser considerada para ocupar a carreira de Ministro, fato que só é possível de acontecer após mais de 20 anos de profissão. É importante também frisar a importância de temas que remetem à História e tradição do campo – Barão do Rio Branco, Perfis de Embaixadores e Memória e história diplomáticas – que juntos somam 37 publicações em 6 anos de existência na revista, ficando atrás somente das publicações e produções artísticas dos jovens diplomatas.

A reflexão sobre os dados fez surgir outra questão: seriam os egressos do curso de Relações Internacionais aqueles que teriam uma contribuição maior em temas específicos? Dessa forma, teria os graduados em Relações Internacionais uma conduta mais especializada nas publicações, enquanto os graduados em outras especialidades escreveriam sobre assuntos diversos? Os dados abaixo auxiliam na reflexão³⁷.

FORMAÇÃO	Relações Internacionais	Direito	Ciências Humanas aplicadas	Ciências Humanas	Letras e Artes	Ciências da Saúde	Ciências Exatas	Comunicação Social
Arte, Cinema e literatura	10	10	4	8	3		3	5
Barão do Rio Branco		2						
Relações Internacionais	11	7	1	4	1		2	1
Perfis de Embaixadores	4	6		2	1	1		2
Memória – história Diplomática	1	2		1	1	3		
Resenhas		2		2	1			
Informações sobre a carreira	1	1		2		1		
IRBr		2	1					
Outros	3	5		1			2	
TOTAL	30	37	6	20	7	5	7	8

Embora ainda seja importante fazer o cruzamento entre formação dos aprovados e número de publicações, pois é preciso levar em conta que o maior número de aprovados são exatamente de Direito e Relações Internacionais. No último concurso

³⁷A discrepância entre os dados presentes nas duas tabelas com relação aos números finais advêm a ausência de dados dos autores das publicações na sexta e última edição.

eles estavam praticamente empatados na primeira posição, é possível afirmar que de fato os egressos de Relações Internacionais são os que mais escrevem textos relativos à área, mas eles também têm uma contribuição muito significativa para as publicações relativas às artes, ou seja, apesar de ter uma contribuição maior no caminho da especialização, eles junto com os graduados em Direito contribuem de forma significativa para o que se considera um indicativo da ‘diletância’ do campo.

4) Considerações finais

O poeta e embaixador Francisco Alvim revela na terceira edição da Revista Juca como e por que ingressou na carreira:

Por volta dessa época, Francisco começou a se interessar; também, pelo estudo de línguas estrangeiras, motivado pela atração crescente pela literatura. Começou a pensar numa profissão (“porque precisava de uma”) e achou que o Itamaraty era uma carreira que não devia maltratar aspirantes a literato (“pois ali estavam, por exemplo, João Cabral e Guimarães Rosa”). Além do mais, considerava a diplomacia uma profissão “charmosa”, que lhe permitiria viajar pelo mundo e ter uma vida confortável.(2009, p. 22)

São inúmeras as referências na Revista Juca, nas memórias e biografias o recurso de se abrigar na diplomacia como forma de manter aspirações artísticas e intelectuais com a segurança que um emprego público oferece, mas com maior distinção do restante da administração pública brasileira.

As passagens aqui apresentadas demonstram que o caráter meritocrático da burocracia atuante no Itamaraty não dá conta de explicar suas especificidades. Observa-se que não é só a racionalidade weberiana que impera no processo de seleção e de inserção do jovem diplomata, mas também a permanência de elementos fortemente tradicionais, no que diz respeito a maior presença daqueles que habitam no Rio de Janeiro, de uma determinada fração de classe, com uma formação específicas, sem falar ainda da valorização das regras de etiqueta, ilustração, gosto e julgamento. Em outras palavras, embora se tenha um concurso com regras muito próximas daquelas estabelecidas por Weber para a dominação racional legal, a forma como é feita a seleção, com conteúdos que evidentemente privilegiam a fração de classe com maior ‘capital cultural’ e posteriormente o processo de formação observado no Instituto Rio Branco, acabam por manter certos elementos de dominação tradicional, como o apego à história e a tradição, por exemplo. Estes elementos, juntamente com as regras institucionais, distinguem a diplomacia brasileira do restante dos ministérios. O estudo

de caso apresentado no presente texto parece corroborar para a especificidade desse objeto em que a fria análise das regras institucionais de seleção não dão conta de explicar e que podem se constituir em “distinções significantes” que acabam por marcar as diferenças entre os grupos.

Por ser apenas o que os outros não são, derivam seu “valor” da estrutura do sistema simbólico e, por esta razão, estão predispostos por uma espécie de harmonia preestabelecida a exprimir o “nível” estatutário que, como a própria palavra indica, deve o essencial de seu “valor” à sua posição em uma estrutura social definida como sistema de posições e oposições [...] Dentre todos os tipos de consumo e de conduta passíveis de abrigar uma função expressiva, quer se trate da compra de um automóvel, da decoração de um apartamento ou da escolha de uma escola para os filhos, são as roupas e os enfeites (em virtude de seu elevado rendimento simbólico) que, ao lado da linguagem e da cultura, melhor realizam a função de sociação e dissociação” (BOURDIEU. 2007, p. 17-18).

Esta análise procurou demonstrar que essas diferenças são reforçadas e estimuladas no IRBr, em que a revista Juca parece ser uma resistência à tentativa de especialização presente no MRE³⁸. A escolha do nome pode ser interpretada como sinônimo dessa resistência à especialização, ou como o próprio diretor do IRBr Fernando Guimarães Reis (2004-2010) colocou ‘compartimentação’ do ministério. Entende-se que o nome da revista não é tão somente uma homenagem ao seu patrono, mas também a lembrança de seu caráter boêmio, como é tratado em diversas de suas biografias, assim como seu caráter diletante e seu patriotismo (VIANA FILHO, VASCONCELLOS, SANTOS), essas três características do patrono da diplomacia brasileira são reforçadas nas páginas da revista criada por seus alunos, que se auto-definem como ‘jucanos’.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, P.R.(2005). **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil**: As relações econômicas internacionais no Império. São Paulo: SENAC.

ALONSO, A. (2007). **Perfis brasileiros**: Joaquim Nabuco. São Paulo: Companhia das Letras.

ALVAREZ, Marcos César. (2003). **Bacharéis, Criminologistas e Juristas**: Saber Jurídico e a Nova Escola Penal no Brasil. São Paulo: Método.

AMARAL, Luis Gurgel. (1947), **O meu velho Itaramati**: de amanuense a secretario de legação: 1905-1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

³⁸ Que dentre elas são mais algumas mudanças no processo de recrutamento, que não estaria mais aberto a todos aqueles que possuem ensino superior.

AMORIN, C. (2009). **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/dc/patrimonios/01-palacio_itamaraty-apresentacao-parte_01.pdf> Acesso em: 16 de agosto de 2013.

BARBOZA, M. G. (2002). **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

BARROSO, Gustavo. (1968). **História do Palácio Itamaraty**. Museu Histórico Diplomático do Itamaraty: Rio de Janeiro.

BATISTA, David do Nascimento. (2010). **Habitus Diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

BOPP, Raul. (1968) **Memórias de um Embaixador**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora.

BOURDIEU, P. (1979) **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit.

_____. (2005). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.

_____. (2006). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1996). **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras.

CERVO, A. e BUENO, C. (2002). **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB.

_____. (2008). **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

CHEIBUB, Z. B. (1985) **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica**. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

_____. (1984) **Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. (2000) **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. (2001). **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (2011) **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar editores.

FARIA, C. A. P. (2008) **Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, p. 80-97.

GOBO, K. L. (2007) **Década de 1970: Política Externa e o Papel do Itamaraty**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

HERMANN, Charles. (1990) “**Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy**”. *International Studies Quarterly* 34, p. 3-21.

HOBBS, Thomas. (2003). **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Martin Claret, capítulo X.

INSTITUTO RIO BRANCO. **Anuários do instituto Rio Branco**. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/o_instituto.xml>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

INSTITUTO RIO BRANCO. **CACD - Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**. Disponível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/concurso_de_admissao_a_carreira_diplomatica.xml>. Acesso em: 12 de ago. 2013.

LIMA, Oliveira. (1937) **Memórias**: estas minhas reminiscências. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

LOPES, Dawisson Belém. (2013) **Diplomacia de macacão**: a classe operária vai ao Itamaraty. Insight inteligência. Fevereiro-março.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). (2010). **Burocracia e política no Brasil**: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MOURA, C. P. (2009) **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV.

NUNES, Edson de Oliveira. (2010). **A gramática política do Brasil**: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond universitária.

ONUJI, J. e OLIVEIRA, A. J. (2006). **Eleições, Política Externa e Integração Regional**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 27, nov.

PALÁCIO ITARAMATY BRASÍLIA: Brasília, Rio de Janeiro. (1993) São Paulo: Banco Safra.

PENNA FILHO, P. (1999). **A Pesquisa Histórica no Itamaraty**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, n. 42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a07.pdf>

PINHEIRO, L. (2004). **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

RIBEIRO, R. J. (1983). **A etiqueta no Antigo Regime**: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.(2012). **O Evangelho do Barão**. São Paulo: UNESP.

SANTOS, N. B e FONSECA, F. E. (2009) **A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 31, n 2, p. 353-380.

SARTORI, G. (1972).**Da sociologia da política à sociologia política**. In: LIPSET, Seymour M. (org.). Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SCARABÔTOLO, Hélio A. **O Barão do Penedo: Diplomata do Império**. Conferência pronunciada no dia 29 de novembro de 1989 no Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro por ocasião de sua posse como Sócio Honorário e no Instituto Histórico de Petrópolis em 12 de fevereiro de 1990.

SCHUWARCZ, Lilia Moritz. (2012). **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras.

SKIDMORE, Thomas E. (2010). **Brasil de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras.

SPEKTOR, M. (2009). **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VASCONCELLOS, Mario de Barros e. **O Barão do Rio Branco**. Biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.

VIANA FILHO, Luís. (2008). **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA.

WACQUANT, L. (2002). **O legado sociológico de Pierre Bourdieu: Duas dimensões e uma nota**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 95-110, nov. 2002.

5.1 Entrevistas:

ALMEIDA, Paulo Roberto: **entrevista concedida em Curitiba**, 25 de agosto de 2006.

COSTA E SILVA, Alberto da: **entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 09 de setembro de 2006.

FRANCO, Álvaro: **entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 12 de setembro de 2006.

BARBOZA, Mário Gibson: **entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 15 de setembro de 2006.

COURY, Sérgio: **Entrevista concedida em Curitiba**, 27 de setembro de 2006.

RICUPERO, Rubens. **Entrevista concedida em São Paulo**, 01 de novembro de 2006.

CARBONAR, Orlando. **Conversa telefônica concedida em Curitiba**, 03 de abril de 2007.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Entrevista concedida no Rio de Janeiro**, 08 de maio de 2007.

REIS, Fernando Guimarães. **Entrevista via e-mail**, 04 de agosto de 2013.